

A singularidade como raiz da contingência em Leibniz: considerações críticas acerca da solução de Couturat ao problema da contingência em Leibniz

Edgar Marques
UERJ/CNPq

Em seu magistral livro sobre Leibniz¹, Couturat interpreta a concepção leibniziana de verdade, segundo a qual “sempre, em toda proposição verdadeira, necessária ou contingente, universal ou singular, a noção do predicado está contida de alguma maneira na do sujeito”², como significando simplesmente que todas as proposições, independentemente de serem necessárias ou contingentes, são analíticas. Couturat tem em mente que, segundo Leibniz, ao menos em princípio, todas as proposições verdadeiras podem ser demonstradas a priori através do recurso exclusivo ao princípio de identidade e ao conteúdo das noções que definem os sujeitos e predicados dessas proposições.

Formulada dessa maneira crua, sem nenhuma qualificação adicional, essa concepção obviamente traz consigo uma dificuldade relativa ao estatuto das proposições contingentes, pois não é de maneira nenhuma claro como uma proposição pode ser contingente sendo analítica, uma vez que a verdade das proposições analíticas repousa sobre o conteúdo semântico dos termos que as compõem, o que faz com que sua negação implique uma contradição, enquanto, segundo Leibniz, a negação das proposições contingentes não implica contradição. Parece, assim, ser inconsistente

1 Couturat, L., *La Logique de Leibniz*, Felix Alcan, Paris, 1901. Ver principalmente o capítulo VI.

2 Leibniz, G. W., *Discours de Métaphysique et Correspondance avec Arnauld*, introduction, texte et commentaire par Georges Le Roy, Paris, Vrin, 1993, p. 121.

caracterizar uma determinada proposição como sendo contingente e analítica, dado que as condições de contingência e de analiticidade são *prima facie* mutuamente excludentes.

A solução que Couturat fornece para essa dificuldade é leibniziana em letra e também em espírito. Couturat assevera que a diferença entre as proposições contingentes e as necessárias reside no tipo de demonstração associado a elas. Enquanto as proposições necessárias se deixam demonstrar por meio de um processo que compreende passos finitos, as proposições contingentes envolveriam demonstrações compostas por infinitos passos, isto é, por demonstrações que, por uma questão de princípio, nunca chegariam a termo. Assim, a redução de uma proposição contingente a um enunciado de identidade consistiria em um procedimento demonstrativo que exigiria uma análise que se prolongaria ao infinito, dado que toda noção relativa a um ente singular implica sempre que sejam levados em conta infinitos elementos³.

A ideia central aqui, então, é a de que seriam necessárias as proposições verdadeiras nas quais o termo sujeito dissesse respeito não a indivíduos, mas sim unicamente a conceitos universais ou a noções incompletas, quer dizer, a representações que não fossem por si só individualizantes, pois nesse caso seria possível, em passos finitos, por meio de substituições e do emprego do princípio de identidade, chegar a demonstrar que nelas o predicado está contido no sujeito. Já no caso de proposições verdadeiras acerca de sujeitos singulares, a história seria completamente distinta, uma vez que a referência a eles envolveria sempre a consideração de infinitos elementos e condições, o que tornaria impossível – de direito, e não apenas de fato – qualquer demonstração da inclusão do predicado no sujeito, dado que seria preciso percorrer o infinito para levar a cabo uma demonstração. Na singularidade – ou individualidade – residiria a raiz da contingência.

Essa solução, entretanto, apesar do seu inegável suporte textual e mesmo doutrinário, uma vez que é relativamente simples apresentar numerosas passagens nas quais Leibniz afirma explicitamente (1) que a solução para o problema da contingência reside no apelo à ideia do infinito e (2) que a distinção entre proposições necessárias e contingentes está fundada na

3 “(...) leur [das verdades de fato, das proposições contingentes] démonstration exigerait une analyse infinie, parce que le concept de toute chose concrète, de tout être individuel, enveloppe une infinité d’éléments ou de conditions (de réquisits)”, Couturat, L., *La Logique de Leibniz*, Paris, 1901, p. 211.

diferença entre demonstração finita e demonstração com passos infinitos⁴, não pode ser, creio, aceita antes que alguns pontos extremamente problemáticos a ela relacionados sejam suficientemente esclarecidos.

O *insight* fundamental de Couturat consiste, basicamente no apelo à ideia de complexidade infinita dos singulares para dar conta do caráter contingente das proposições que tratam desses singulares. Seria, assim, por exemplo, seguindo a linha de raciocínio de Couturat, por ser César uma substância singular, e que, como tal envolve em sua natureza infinitas propriedades e relações, que a proposição que afirma que César atravessou o Rubicão é contingente, apesar de nela, por ser verdadeira, o predicado estar virtualmente contido no sujeito.

Não é, contudo, para dizer o menos, totalmente claro por que a complexidade infinita das noções completas das substâncias individuais faz com que sejam contingentes – e não necessárias – as conexões entre predicado e sujeito nas proposições cujos sujeitos denotam essas substâncias. Há várias dificuldades relacionadas a esse ponto que, creio, tornam problemática a aceitação dessa concepção. Concentrar-me-ei no presente texto em apenas uma delas, deixando para trabalhos ulteriores a abordagem de outras dificuldades que vislumbro nessa interpretação.

A dificuldade que eu gostaria de tratar neste artigo diz respeito ao fato de a interpretação de Couturat tornar contingentes todas as predicacões acerca de indivíduos, quaisquer que sejam esses predicados e independentemente do modo como essas proposições forem tomadas.

Em relação ao primeiro aspecto – “quaisquer que sejam esses predicados” –, entender que a contingência decorre da singularidade obriga-nos a considerar que tanto a atribuição, por exemplo, da humanidade a César quanto a atribuição a ele da ação de travessia do Rubicão são igualmente contingentes, isto é, que “ser humano” e “atravessar o Rubicão” são predicados cuja demonstração da sua aplicação a César apresentam a mesma estrutura constituída por infinitos passos, uma vez que, de acordo com o ensinamento de Couturat, o conceito de todo ser individual inclui infinitos predicados, tornando impossível que se chegue a demonstrações a priori acerca da atribuição a eles de quaisquer predicados.

4 À guisa de ilustração, forneço apenas uma dessas passagens: “Há dois gêneros de verdades derivadas: umas que se resolvem em verdades originais e outras que requerem um progresso ao infinito na resolução. Aquelas são necessárias, essas são contingentes”, in Leibniz, G. W., *Nouvelles Lettres et Opuscles Inédits de Leibniz*, org. par Foucher de Careil, Paris, 1857, p. 181;

No que tange ao segundo aspecto – “independentemente do modo como essas proposições forem tomadas” –, cabe lembrar que Leibniz diferencia duas perspectivas distintas sob as quais uma proposição como “César atravessou o Rubicão” pode ser considerada: ela pode ser interpretada – e esses são os termos de Leibniz – ou essencialmente ou existencialmente. Uma proposição é tomada essencialmente, segundo Leibniz, quando consideramos que a atribuição de um certo predicado a um determinado sujeito é logicamente consistente e coerente, constituindo-se em algo possível – ou, na terminologia leibniziana, em uma entidade – o estado de coisas formado pelo sujeito apresentando esse determinado atributo. Tomamos uma proposição existencialmente, por outro lado, quando entendemos que ela afirma não apenas ser possível que esse determinado sujeito apresente esse predicado a ele atribuído, mas sim que efetivamente é isso que de fato ocorre, quer dizer, que não se trata de algo meramente possível, mas sim de algo existente. Facilita a compreensão da posição de Leibniz lembrarmos que para ele todas as proposições *tertii adjecti* (que apresentam a forma $A \text{ é } B$) se deixam converter em proposições *secundi adjecti* (que apresentam a forma $AB \text{ é}$), subsistindo a possibilidade de compreendermos a partícula *é* como significando quer que AB é concebível, quer que AB é existente de fato. A primeira é a interpretação essencial da proposição $A \text{ é } B$, a segunda é a interpretação existencial⁵.

A tese interpretativa de Couturat segundo a qual toda proposição acerca de uma substância individual é contingente implica, assim, as seguintes sub-teses: (1) que não há prova a priori de nenhuma proposição que expresse a atribuição de um predicado a um indivíduo, e (2) que são contingentes todas as proposições acerca de indivíduos possíveis. Tentarei mostrar inicialmente que essas duas sub-teses não podem ser sustentadas nos quadros de uma interpretação adequada da metafísica de Leibniz, esboçando a partir das minhas críticas as linhas gerais da interpretação que julgo ser a mais apropriada.

5 Em relação a essa distinção, ver os parágrafos 144-146 das *Investigações gerais acerca da análise de conceitos e de verdades*, in Leibniz, G. W., *Leibniz: Logical Papers*, edited and translated by G. H. R. Parkinson, Clarendon Press, Oxford, 1966, pp. 80-81.

Decorre da interpretação de Couturat, portanto, que todas as proposições que expressam atribuições a indivíduos sejam contingentes, dado que as noções completas relativas a indivíduos são infinitamente complexas, o que impossibilita que haja demonstrações a priori da inclusão de predicados nessas noções. Assim, enquanto, por exemplo, a proposição “romanos são seres humanos” tomada essencialmente – isto é, abstração feita da existência efetiva ou não dos romanos – é necessária, uma vez que a inclusão do predicado “ser humano” no sujeito “romano” se deixa demonstrar em passos finitos, a proposição “César é ser humano”, também tomada essencialmente, é contingente, pois seu sujeito consiste em uma noção relativa a um indivíduo, e não em um conceito geral. Dessa maneira, do ponto de vista da natureza do vínculo entre sujeito e predicado, as proposições “César é ser humano” e “César atravessou o Rubicão” são equivalentes, expressando ambas predicções contingentes.

Ironicamente, o Princípio de Identidade dos Indiscerníveis, decorrente da concepção leibniziana de verdade⁶, parece implicar que, do ponto de vista ontológico, tanto “ser humano” quanto “atravessar o Rubicão” são atributos que participam da determinação da identidade de César, de tal maneira que ele não poderia ser o ente que ele é sem que ambas as características estivessem nele presentes. Isso significa dizer que César não pode ser – aqui no sentido de “ser possível” e não no de “ser existente” – senão sendo humano e atravessando o Rubicão, ainda que as proposições que expressam essas predicções sejam contingentes. Dessa forma, enquanto é, por assim dizer, essencial a César que ele seja humano e que ele atravesse o Rubicão, são contingentes as proposições que atribuem a César a humanidade ou a realização dessa travessia.

De acordo com a interpretação de Couturat são, então, contingentes todas as predicções acerca de indivíduos, sendo, não obstante, absolutamente indispensável a inerência a esses indivíduos de todas as propriedades que de fato lhes pertencem. Assim, no que diz respeito a indivíduos, encontramos-nos, caso essa interpretação seja aceita, diante de um sistema filosófico particularmente idiossincrático, pois ele sustentaria, por um lado, que todas as predicções são contingentes, enquanto, por outro, afirmaria que todas as propriedades – relacionais

6 No texto *Principia Logico-Metaphysica* – presente na edição de Couturat com o nome de *Primae Veritatis* –, Leibniz mostra como o Princípio de Identidade dos Indiscerníveis, além de outros princípios de natureza logico-metafísica, decorre da noção da verdade como continência do predicado no sujeito. Ver: Leibniz, G. W., *Sämtliche Schriften und Briefe*, Reihe VI, Band 4, Akademie Verlag, Berlin, 2004, pp. 1643-1649.

e não-relacionais - são intrínsecas e, por que não dizer, essenciais a seus portadores. Leibniz, segundo essa perspectiva, realizaria, dessa forma, uma dupla operação de homogeneização de propriedades e predicados, considerando, no plano proposicional, contingentes todas as conexões entre predicados e sujeitos, quando estes últimos forem conceitos individuais, reputando, ao mesmo tempo, no plano ontológico, serem essenciais aos indivíduos todas as suas propriedades. Surpreendentemente, então, a tese de que todas as propriedades de um indivíduo lhe são essenciais seria afirmada conjuntamente com a tese segundo a qual são contingentes todas as predicacões acerca de indivíduos. Considero que Couturat está equivocado na atribuição a Leibniz de ambas as teses.

Nos quadros da metafísica leibniziana, a proposição “César atravessou o Rubicão” é contingente simplesmente porque não podemos demonstrar em um número finito de passos que a noção relativa à ação de travessia do Rubicão está contida na noção mesma de César. Essa impossibilidade de demonstração reside no fato de, de acordo com Leibniz, toda ação realizada por um sujeito ter sua razão suficiente no conjunto de modificações internas a esse sujeito anteriores à efetivação da ação. Assim, a demonstração de que a noção de César engloba a travessia do Rubicão exigiria o recurso ao conjunto de todos os estados internos de César anteriores à travessia, uma vez que essa ação decorre desses estados. Teríamos de mobilizar, assim, uma noção de César que incluísse o conjunto de tudo o que César pensou, sofreu e sentiu antes de optar por atravessar o Rubicão, em vez de regressar à Gália. Somente seria possível provar que a travessia do Rubicão está incluída na noção de César caso a noção de César a nós disponível abrangesse todos esses estados e pudéssemos fazer referência a todos eles. Como se tratam de infinitos estados⁷, nosso entendimento finito não pode conter uma tal noção, não podendo, portanto, demonstrar a priori a verdade dessa proposição. Como há um número infinito de estados internos de César anteriores à travessia do Rubicão, nem mesmo Deus, cujo entendimento abriga essa noção completa de César, pode, em passos finitos, demonstrar a priori que César atravessou o Rubicão. Deus sabe que César atravessou o Rubicão não por dispor de uma demonstração a priori dessa proposição, mas sim por abarcar em uma única mirada a totalidade da série infinita e compreender para onde ela tende. Assim, é por uma questão de direito, e

⁷ É importante recordar aqui que para Leibniz todas as modificações da alma – *perceptions* – são um produto de infinitas *petites perceptions*. Assim, trata-se de um conjunto de infinitesimais.

não apenas de fato, que não há como reduzir a proposição “César atravessou o Rubicão” a uma identidade, não sendo, dessa maneira, possível demonstrar a priori sua verdade.

De acordo com a minha tese interpretativa, a imprescindibilidade, para a demonstração da proposição “César atravessou o Rubicão”, da mobilização de todas as *petites perceptions* que constituem a “vida interna” de César é devida ao fato de o predicado em questão – “atravessou o Rubicão” – ser relativo a algo que ocorre em um momento específico do tempo, exigindo a explicação do porquê de as coisas serem assim, e não de outro modo, o recurso aos infinitos outros estados temporais prévios à modificação em questão, já que é o conjunto desses estados que constitui a razão suficiente para a ocorrência dessa ação. Dito de outra maneira, a demonstração a priori da pertença a César da modificação temporal relativa à ação “travessia do Rubicão” exigiria que tivéssemos disponível diante de nós uma espécie de lista completa de tudo o que ocorreu a César em todos os momentos do tempo que antecederam a realização dessa travessia. Como essas modificações são em número infinito, não é possível, nem para nós, nem para Deus, a realização dessa demonstração, sendo, por isso, contingentes todas as proposições desse mesmo tipo. É, dessa maneira, a natureza temporal da ação da travessia do Rubicão – e não, como Couturat o afirma, o fato de essa predicação ser acerca de um indivíduo singular – que torna impossível a demonstração a priori da proposição “César atravessou o Rubicão”.

Considerações desse tipo obviamente não se aplicam a uma proposição como “César é um ser humano”, pois ser um ser humano não é uma propriedade cuja posse por parte de César necessite ser explicada através do apelo a estados anteriores a essa condição, uma vez que essa característica – ser um ser humano – não consiste em algo que irrompa na vida de César em um determinado momento, introduzindo algum tipo de descontinuidade em relação à sua vida pregressa. César não se torna humano em um determinado instante, sendo, ao contrário, a humanidade uma condição própria a ele em todos os momentos de sua vida, de tal maneira que não há nem momentos em que ele não tenha sido humano nem um momento específico no qual ele tenha se tornado humano. Contrariamente, então, ao que ocorre no caso da proposição “César atravessou o Rubicão”, a proposição “César é um ser humano” não trata de algo transitório na vida de César, isto é, de algo que fosse verdadeiro afirmar dele em alguns momentos da vida, mas não em outros. Ela trata, mais propriamente, de uma característica que está presente em César todo o tempo, não sendo, portanto, a pertença a ele dessa característica devida a seus estados temporais. Quero dizer com isso que precisamente por César possuir em

todos os momentos do tempo a propriedade de ser um ser humano, a posse dessa propriedade não se deixa explicar por nenhum conjunto de estados temporais, devendo sua razão suficiente ser buscada fora da ordem do tempo. As razões a serem mobilizadas para explicar por que o predicado de ser humano se aplica a César são, assim, de natureza totalmente distinta daquelas de que lançamos mão quando queremos explicar por que a noção de César inclui a ação de atravessar o Rubicão.

A questão é que quando buscamos provar que a travessia do Rubicão está contida na noção de César não há como evitar que se tenha de fazer um levantamento de todos os estados internos de César anteriores a essa ação, pois, como o afirma o Princípio de Razão Suficiente, nada ocorre no tempo a um sujeito que não tenha a razão de sua ocorrência nos estados anteriores desse sujeito. Constituindo esses estados um conjunto infinito, não há como, de direito, realizar uma demonstração de que o predicado “travessia do Rubicão” está contido na noção completa de “César”. A proposição “César atravessou o Rubicão” remete, por essa razão, ao infinito, sendo, em função dessa remissão, contingente. Já a inclusão do predicado de ser um ser humano na noção de César não envolve o infinito, pois não é em razão de estados temporais anteriores que César é um ser humano, dado que não há nenhum momento do tempo no qual ele pudesse existir sem ser um ser humano. A razão de César ser um ser humano não se encontra, portanto, em nenhum momento de seu passado. Não há, assim, na linha do tempo de César o evento temporal de tornar-se humano cuja explicação demandasse o apelo aos eventos temporais anteriores a ele.

Se a inerência em César da propriedade de ser um ser humano não deriva da ocorrência nele de infinitos estados temporais anteriores - isto é, se não é por ter realizado tais e tais ações ou por ter tido tais e tais estados internos que César passou da condição de não humano para a condição de humano -, então deve ser, a princípio, possível uma demonstração a priori, quer dizer, em um número finito de passos, de que o predicado de ser um ser humano está contido na noção de César. Isso significa dizer que, apesar de serem verdadeiras as proposições “César é um ser humano” e “César atravessou o Rubicão”, seus predicados não se encontram incluídos do mesmo modo na noção de César. Enquanto o predicado de ser um ser humano está atualmente contido na noção de César, dado que sua atribuição a César não envolve o infinito, o predicado relativo à realização da ação de travessia do Rubicão está contido apenas virtualmente, uma vez que a demonstração de que a noção de César inclui esse predicado envolveria inelutavelmente

o recurso aos infinitos estados em que César se encontrou antes dessa ação, pois toda modificação no plano da temporalidade é produto de estados temporais anteriores.

Essa distinção entre dois modos de um predicado inerir em um sujeito se encontra, creio, expressa por Leibniz em uma carta enviada a Des Bosses em 20 de setembro de 1712: “eu não sei como nós podemos distinguir uma coisa abstrata de uma coisa concreta, ou do sujeito no qual ela é, ou explicar de uma maneira inteligível o que é estar em ou inerir em um sujeito a não ser considerando a inerência como um modo, um estado de um sujeito; e esse modo ou estado é ou essencial, e, assim, *não pode ser modificado a menos que a natureza do sujeito se modifique*, diferenciando-se da substância apenas relativamente, ou que pode ser acidental, sendo chamado de modificação, e que *pode surgir ou desaparecer enquanto o sujeito permanece*.”⁸ Nessa passagem Leibniz, dentre outras coisas, diferencia as propriedades que estão sempre presentes no sujeito daquelas que podem surgir ou desaparecer sem afetar a permanência do próprio sujeito, chamando as primeiras de essenciais e as segundas de acidentais.

O ponto que me interessa aqui é o reconhecimento, por parte de Leibniz, de que os sujeitos possuem uma natureza que se mantém sempre a mesma em todos os momentos do tempo, havendo propriedades que expressam exatamente em que consiste essa natureza. A essas propriedades se contrapõem aquelas que expressam características transitórias desses sujeitos, isto é, particularidades que surgem e desaparecem ao longo do tempo. Considero, resumindo aqui a minha interpretação, que a essa distinção entre dois tipos de propriedades corresponde, em Leibniz, uma distinção entre dois tipos de proposição, sendo necessárias as proposições nas quais são atribuídas propriedades essenciais a um sujeito e contingentes aquelas nas quais propriedades transitórias ou acidentais lhe são atribuídas. Isso porque, como já mostrei mais acima, a natureza temporal dessas últimas envolve o infinito quando da explicação da razão de sua presença no sujeito, enquanto aquelas prescindem de qualquer recurso a elementos temporais, o que possibilita que, nesse caso, a demonstração da inclusão do predicado no sujeito se dê em um número finito de passos.

8 “Nec video quomodo possimus abstractum distinguere a concreto seu subjecto cui inest, aut explicare intelligibiliter quid sit tò inesse vel inhaerere subjecto nisi considerando inhaerens ut modum seu statum subjecti; qui vel essentialis est, nec nisi mutata substantiae natura mutari potest, nec revera ab ea nisi respectu differt; vel est accidentalis et appellatur modificatio qui nasci et interire potest manente subjecto.”, in Leibniz, G.W., *The Leibniz-Des Bosses Correspondence*, Yale University Press, New Haven and London, 2007, p. 270 (itálicos meus).

Ao tomarmos, por exemplo, a proposição “César é um ser humano”, estamos diante da atribuição a César de uma propriedade que não surge ou desaparece em momentos específicos do tempo, mas sim de uma característica que decorre da natureza mesma de César, estando, por essa razão, presente nele em todo o transcorrer da sua existência. Não precisamos apelar para estados internos ou fatos contingentes da existência de César para explicar ou justificar a atribuição a ele do atributo da humanidade. O que faz com que a humanidade seja inerente a César é a sua natureza mesma. É simplesmente desprovida de sentido a ideia de César sendo o ente mesmo que ele é sem que ele seja um ser humano. A demonstração a priori da proposição “César é um ser humano” envolveria simplesmente a consideração (1) de que César é animal e racional, (2) que todo ente animal e racional é um ser humano, seguindo daí a verdade de que (3) César é um ser humano. A exposição das razões da inerência da humanidade em César não exige, assim, que se percorra a série total das modificações temporais de César, mas sim apenas as propriedades que determinam sua natureza essencial.

Caso sejam corretas as considerações que acabei de formular, então proposições que expressem propriedades que os indivíduos que as possuem não possam deixar de possuir em nenhum momento de sua existência são passíveis, ao contrário do que afirma Couturat, de uma demonstração a priori de sua verdade, sendo, portanto, necessárias – e não contingentes – proposições desse tipo, ainda que elas sejam acerca de indivíduos.

Apenas para afastar um mal-entendido que poderia ocorrer, eu gostaria de sublinhar que objetar a essa altura que a proposição “César é um ser humano” é contingente por ser contingente a existência de César seria totalmente inapropriado, pois, tal como eu o ressalté no começo desta seção, estou tomando aqui César por um ente possível, e não por um ente existente. Assim, o meu problema era o de determinar se, tal como o afirma Couturat, proposições acerca de indivíduos, abstração feita da existência deles, são todas contingentes.

O interessante nessa maneira de formular a questão, e que a torna particularmente atraente para mim, é que desse modo o problema da contingência é compreendido imediatamente como um problema relativo ao caráter – contingente ou necessário – da conexão entre sujeito e predicado na proposição afirmativa. A ação de travessia do Rubicão por parte de César deve ser contingente não por ser contingente a existência de César, pois nesse caso o que estaria assegurado seria a contingência do mundo em que César vive, mas não a natureza contingente do

agir de César. Dito de outro modo, a contingência do mundo como um todo em que César vive estaria assegurada, mas não a contingência intramundana do vínculo entre César e sua ação. Se o fato de a existência de César ser contingente fosse realmente a fonte do caráter contingente da proposição “César atravessou o Rubicão”, então essa mesma proposição seria necessária quando, uso aqui a terminologia de Leibniz, ela fosse tomada essencialmente, isto é, quando César fosse encarado como um ente possível, e não como um ente existente. Entretanto, esse não pode ser o caso, pois, de acordo com a teoria leibniziana da criação, Deus contempla os infinitos mundos possíveis e escolhe criar o mais perfeito deles, de tal maneira que ao contemplar, como possível, o mundo do qual César faz parte, Deus não pode ver um vínculo necessário entre César e suas ações, uma vez que ele vê César como um ser que age livremente, o que pressupõe que suas ações sejam inteligentes, espontâneas e contingentes. O César possível - e não apenas o César efetivamente existente - deve ser um ente que age livremente. No sistema leibniziano, os vínculos intramundanos entre os indivíduos e suas ações devem ser contingentes, e não apenas o mundo existente tomado como um todo.

Concluindo, afirmo, então, que o infinito permanece como constituindo, em Leibniz, a raiz da contingência, mas diferentemente do que pensa Couturat, o recurso a ele é inevitável não em todas as proposições acerca de indivíduos, mas apenas naquelas em que se atribuem a esses indivíduos propriedades que, usando aqui as palavras de Leibniz, surgem e desaparecem enquanto o sujeito permanece. A raiz da contingência se encontra, assim, mais propriamente na temporalidade, e não na singularidade.

Bibliografia

- Adams, Robert Merrihew, *Leibniz. Determinist, Theist, Idealist*, Oxford University Press, Oxford, 1994.
- Couturat, Louis, *La Logique de Leibniz*, Felix Alcan, Paris, 1901
- Dicker, Georges, "Leibniz on Necessary and Contingent Propositions", *Studia Leibnitiana*, 14, 1982, p. 221-232.
- Ishiguro, Hidé, *Leibniz's Philosophy of Logic and Language*, 2nd Edition, Cambridge University Press, Cambridge, 1990.
- Leibniz, Georg Wilhelm, *Discours de Métaphysique et Correspondance avec Arnauld*, introduction, texte et commentaire par Georges Le Roy, Paris, Vrin, 1993.
- Leibniz, Georg Wilhelm, *The Leibniz-Des Bosses Correspondence*, Yale University Press, New Haven and London, 2007
- Leibniz, Georg Wilhelm, *Leibniz: Logical Papers*, edited and translated by G. H. R. Parkinson, Clarendon Press, Oxford, 1966.
- Leibniz, Georg Wilhelm, *Nouvelles Lettres et Opuscules Inédits de Leibniz*, org. par Foucher de Careil, Paris, 1857.
- Leibniz, Georg Wilhelm, *Sämtliche Schriften und Briefe*, Reihe VI, Band 4, Akademie Verlag, Berlin, 2004
- Lodzinski, Don, "Leibnizian Freedom and Superessentialism", *Studia Leibnitiana*, 26, 1994, p. 163-186.
- Maher, Patrick, "Leibniz and Contingency", *Studia Leibnitiana*, 12, 1980, 236-242.
- Marques, Edgar, "Considerações sobre verdade e existência em Leibniz", *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, Série 2, vol. 21, n. 1, 2011, pp. 71-90.
- Marques, Edgar, "Observações preliminares acerca da raiz da contingência em Leibniz", em Levy, L., Zingano, M., Pereira, L.C. (org.), *Metafísica, Lógica e outras coisas mais*, Nau Editora, Rio de Janeiro, 2012, pp. 33-51.
- Mates, Benson, *The Philosophy of Leibniz. Metaphysics & Language*, Oxford University Press, Oxford, 1986.
- Meijering, Theo, "On Contingency in Leibniz's Philosophy", *Studia Leibnitiana*, 10, 1978, p. 22-59.

Merlo, Giovanni, "Complexity, Existence and Infinite Analysis", *The Leibniz Review*, vol. 22, 2012, p. 9-36.

Moreira, Vivianne de Castilho, "Análise infinita e mundos possíveis na Teodiceia", *Cadernos de História e Filosofia das Ciências*, Série 3, vol. 21, n. 1, 2011, p. 169-190.

Moura, Carlos Alberto Ribeiro, "Contingência e Infinito", *Cadernos de História e Filosofia das Ciências*, Série 3, v. 10, n. 1, 2000, p. 31-53.

Oliva, Luís César, "Contingência e Existência em Leibniz", in Oliva, L. C. (org.), *Necessidade e Contingência na Modernidade*, Barcarolla, São Paulo, 2009, p. 85-104.

Sleigh, R. C., *Leibniz & Arnauld. A Commentary on their Correspondence*, Yale University Press, New Haven & London, 1990.

RESUMO

Analiso e crítico neste artigo a solução que Couturat apresenta para o problema da contingência em Leibniz, segundo a qual a singularidade constitui a raiz da contingência. Mostro que essa concepção implica duas teses, a saber: (1) que não há prova a priori de nenhuma proposição que expresse a atribuição de um predicado a um indivíduo, e (2) que são contingentes todas as proposições acerca de indivíduos possíveis. Mostro, em seguida, que essas duas teses são insustentáveis no interior da metafísica leibniziana, devendo, portanto ser rejeitada a interpretação de Couturat.

Palavras-chave: Leibniz; Couturat; contingência; necessidade; essência.

ABSTRACT

In this paper I analyze and criticize Couturat's solution to the problem of contingency in Leibniz's philosophy. According to this conception the singularity constitutes the root of contingency. I show that this interpretation implies two theses, namely: (1) that there is no a priori truth of a proposition concerning the attribution of a predicate to an individual; (2) that all propositions about possible individuals are contingent. After that I show that these two theses are unsustainable in the leibnizian metaphysics. Couturat's interpretation must then be rejected.

Key-words: Leibniz; Couturat; contingency; necessity; essence.

Recebido em 08/20103

Aprovado em 09/2013